

SACERDÓCIO, REALEZA E PROFECIA

Marcos R. Inhauser

INTRODUÇÃO

O trinômio sacerdócio-realeza-profecia tem sido alvo de muitos estudos, quer por parte de especialistas, quer da parte de leigos, quer de aventureiros, de tal forma que pela quantidade de coisas já ditas sobre o assunto e, mais ainda, pela qualidade de alguns trabalhos, fica difícil, senão impossível, trazer uma contribuição positiva em termos de "algo novo".

Côncio desta dificuldade inicial, bem assim do fato de não poder considerar-me um especialista no assunto, ainda que não gostaria de me ver incluído entre os aventureiros, quero trazer algumas das inquietações/posições minhas sobre o assunto.

Daquilo que já li, ouvi e refleti sobre o assunto, entendo ser possível agrupar os enfoques dados em alguns grupos bastante característicos.

Há, num primeiro momento, a abordagem conceitual, feita com o objetivo de definir funções e delimitar conceitos de cada uma das três classes estudadas. Neste tipo de abordagem encontram-se afirmações do tipo: "sacerdote é aquele que se ocupa do culto e do templo; rei se ocupa do governo e da política, enquanto que o profeta é aquele que se envolve com o espiritual, trazendo a palavra de Deus". Este tipo de abordagem rígida, conceitual e estanque tem sido disseminada principalmente entre os grupos afeitos ao "estudo bíblico" na forma de abordagem simplista e ingênua dos textos bíblicos. Ela tem o condão de apresentar uma visão compartimentalizada.

Colocando desta forma a questão, afirma-se que o religioso pertence ao sacerdote e ao profeta, enquanto que o político é da esfera do rei. Um sacerdote que se imiscui no político, deixa de sê-lo ou, na melhor das hipóteses, extrapola funções. A recíproca nem sempre é verdadeira, uma vez que o rei religioso é bem aceito por esta corrente. Exemplo disto é a interpre-

tação dada pelas correntes conservadoras ao governo Rios Mont, na Guatemala: criticava-se a postura engajada da igreja no processo político e elogiava-se a atuação do general-presidente-evangélico.

Outra forma de abordar a questão tem sido a "pietista". Ela coloca as questões todas sob o ponto de vista da "vontade de Deus" e afirma mais ou menos assim: "sacerdote é o homem escolhido por Deus para officiar no templo, servindo de mediador entre Deus e os homens"; "profeta é o escolhido de Deus para comunicar ao povo as suas palavras"; "rei é o escolhido de Deus para governar uma nação". Esta ênfase no escolhido por Deus redunda numa concepção idealista de cada uma das funções, conferindo-lhes características de infalibilidade.

A consequência prática deste tipo de afirmação é que, por serem "escolhidos por Deus", não se lhes pode opor nem resistir, uma vez que resisti-los é resistir ao próprio Deus. Esta linha de pensamento é encontrada com frequência nos meios evangélicos, notadamente em relação aos governantes, tomando por base uma hermenêutica viciada de Rm 13. A nível eclesial, o "ungido de Deus" é apresentado e aceito como sendo alguém especial, com maiores poderes espirituais que a maioria, a quem se deve respeitar como tal. Não é difícil perceber por que este tipo de abordagem/concepção é bastante comum nos círculos tendentes ao autoritarismo, quer político quer eclesiástico.

Um terceiro tipo de abordagem é a sociológica, que conceberá mais ou menos da seguinte forma: "sacerdotes representam uma classe social elitizada que, através da manipulação do religioso, domina o povo"; "rei é o representante da oligarquia que investido de autoridade, administra o Estado segundo os interesses da minoria que representa"; "profeta é a voz dos pobres, dos explorados, a consciência crítica da nação".

Percebe-se aqui que, ao colocar sacerdotes e reis como classes privilegiadas, em oposição aos profetas, induz à conclusão de que sacerdócio e realeza são inerentemente maus, uma vez que só atendem aos interesses próprios e das classes que representam. Em contraposição, ao colocar os profetas como "voz dos pobres", atribui-se-lhes um misto de arautos da verdade e infalibilidade.

Ao que me parece, os três tipos de abordagem, apresentados aqui de forma esquemática e um tanto caricatural, têm uma certa tendência para a generalização e tal postura não reflete a realidade histórica, muito menos as afirmações bíblicas. O Antigo Testamento fala dos falsos profetas, dos maus reis e da horda de salteadores, referindo-se aos sacerdotes (Os 6.9).

Ademais, as generalizações do tipo sacerdote versus profeta, ou reis e sacerdotes versus profetas, trazem sérias dificuldades, principalmente quando se constata que alguns dos profetas também eram sacerdotes, como por exemplo Zacarias (Ne 12.3,16; cf. Zc 1.1), Ezequiel (Ez 1.3) e Jeremias (Jr 1.1).

Diante disto, é meu propósito abordar a questão de forma a explicitar os parâmetros bíblicos para avaliação do sacerdócio, da realeza e da profecia, dando-nos subsídios para, ainda hoje, avaliarmos as manifestações destes três tipos de ministério.

Para tanto, faz-se mister um acercamento funcional, sociológico e teológico dos textos bíblicos. Isto não será feito de forma compartimentalizada, uma vez que, entendo, não é possível uma abordagem meramente funcional, independente da análise sociológica/teológica que cada uma das classes em estudo comporta. Perceber-se-á igualmente a dificuldade em analisar o sacerdócio em si, sem relacioná-los com reis e profetas, ou vice-versa.

De uma análise superficial dos textos bíblicos ficará em aberto a questão da ordem cronológica de surgimento de cada uma das três classes que estudaremos. Isto se deve ao fato de Gênesis atribuir a alguns de seus personagens práticas inerentes ao ofício sacerdotal (Noé, Abraão e Jacó construindo altar e nele sacrificando) e atribuir a Abraão o título de "nabi" (Gn 20.7).

A atribuição de funções sacerdotais feita pelo Pentateuco a Abel, Noé, Abraão, Isaque e Jacó não dá base sólida para afirmar que eles tenham sido sacerdotes; tampouco dá segurança para afirmar uma função sacerdotal a nível de chefe de clã ou tribo, numa dimensão familiar do ofício sacerdotal. O mesmo acontece com a significação de "nabi" feita em relação a Abraão, visto que o que dele se conhece não apresenta os requisitos mínimos para que fosse considerado como tal.

O período que antecede a fixação de Israel na Palestina precisa ser tratado como sendo um período pré-histórico. As informações sobre ele são oriundas da tradição oral, sustentada pelas constantes recordações das histórias familiares, dos episódios marcantes vividos pelos ancestrais, notadamente no que se refere à ação de Deus em favor deles. Considerando-se que a fixação escrita destas tradições orais começou a dar-se no período da monarquia, há que tratar-se com muito cuidado hermenêutico o material, que relata fatos bem anteriores.

Neste sentido, alguns aspectos merecem ser salientados. O primeiro deles refere-se ao trabalho editorial das fontes utilizadas pelos escritores. Por mais inspirados que fossem, o toque da individualidade, do momento histórico e da concepção ideológica de cada um deles marcou seus relatos. Outro dado que

deve ser considerado no trato desta questão é que a ciência do ler e escrever era restrita a uma pequena parcela do povo, principalmente entre os membros da elite. Tudo nos leva a crer que os escritos produzidos a partir do período monárquico foram da lavra de homens ligados ao culto. Ora, no trato com as tradições culturais dos antepassados que agora fixavam por escrito, estes homens iriam vê-las pela ótica que lhes é própria.

Estes aspectos da hermenêutica, quer a que fizeram os redatores com as antigas tradições orais, quer a que fazemos hoje com os seus relatos, mereceria maior atenção e explicitação. Tenho comigo que a nossa hermenêutica dos relatos também é parcial na medida em que os nossos pressupostos são determinados por fatores econômicos e políticos.

1. SACERDÓCIO E REALEZA: UMA LUTA POR ESPAÇO DE PODER

No período da liga sacral, o ofício sacerdotal já estava consolidado e o sacerdócio assumia um papel vital na economia política das tribos aliadas. A falta de outra instituição/função que lhe concorresse deu-lhe um espaço político que foi sendo ocupado não só com o cuidado do(s) santuário(s), mas também pelo exercício do ensino da lei ao povo (Dt 33.10) e pelo proferir oráculos (Dt 33.7-11; Jz 18.5; 1 Sm 14.41; 28.6).

Com o advento do reinado, esta hegemonia começou a ser abalada. A figura do rei começa a ganhar espaço político, não podendo deixar de se estabelecer uma certa tensão concorrencial entre ambos. De uma análise mais atenta às obscuras narrativas sobre a figura de Samuel - a quem não se atribui taxativamente o ofício sacerdotal, mas que provavelmente o fosse, quer porque ele é colocado como da tribo de Levi (I Cr 6.33), quer porque é encarado pelo narrador como o sucessor de Eli, quer por relacioná-lo desde a infância com o santuário - resulta encontrar-se o início dessa tensão concorrencial entre realeza e sacerdócio. Talvez fique assim mais fácil entender o porquê da relutância de Samuel em aceder ao pedido do povo que clamava por um rei. Talvez os argumentos e obstáculos postos por ele tenham sua origem aqui.

Esta tensão acentua-se na narrativa do pecado de Saul, sacrificando animais obtidos em despojo na guerra contra os amalequitas (I Sm 13.8-13). E olhando o episódio sob a ótica da tensão concorrencial, fica mais fácil entendê-lo, uma vez que, por primeira vez, é relatado o fato do rei estar assumindo a função inerente ao ofício sacerdotal: oferecer sacrifício. Era a primeira investida que a realeza dava para ocupar o espaço até agora exclusivo do sacerdócio. Era a luta pela sobrevivência, a luta política pelo poder.

Esta tensão concorrencial poderá ser vista ainda na associação inteligente, raiando os limites da esperteza política, que Davi faz da realeza e do sacerdócio, quando toma a iniciativa de trazer a arca, símbolo maior do ofício sacerdotal e da unidade nacional, para a cidade real, Jerusalém. Era a vinculação da realeza ao sacerdócio, a intromissão da realeza na esfera sacerdotal. A "jogada" davidica abriu um enorme espaço político, ampliando a esfera de atuação do rei em detrimento da classe sacerdotal.

A iniciativa davidica de construir o santuário em Jerusalém, obra levada a termo por Salomão - que agregou ao templo o palácio real -, a vinculação de Davi como compositor de salmos a serem cantados nos ofícios cúlticos e mais tarde como salmista maior do templo são coisas que não podem ser vistas somente pelas hêrmenêuticas devocional e literalista. Aqui cabe a pergunta se a maioria dos salmos não são davidicos pelo fato de serem a "versão oficial", com toda sua implicação na produção e no critério de seleção.

Isto produziu profundas modificações na correlação de forças políticas em Israel, quando então, por uma série de fatores conjugados, a realeza assumiu completamente a hegemonia política. A associação da figura do rei a práticas próprias do ofício sacerdotal e a postura assumida por Salomão na consagração do templo evidenciam o espaço político ganho, pois o rei era agora o responsável pela existência e manutenção do culto. Ora, isto não se conseguiu sem sobressaltos, lutas e espaço disputado palmo a palmo.

As tensões políticas aludidas na matança dos sacerdotes de Nob, promovida por Saul sob a alegação de terem dado apoio a Davi e conspirado contra o rei (I Sm 22.8-16), são bastante elucidativas neste contexto. Abiatar foge da matança e busca socorro em Davi, que referenda o seu sacerdócio (I Sm 23.9; 30.7; 8.17). Saul se dispõe a acabar com a linhagem sacerdotal a qual pertencia Aimeleque. Sadoque passa a ser um fiel aliado de Davi, revelando-lhes os planos golpistas de Absalão (2 Sm 15.24-35), sendo o porta-voz de Davi junto aos anciãos de Judá quanto à volta do rei (2 Sm 19.12) e não aderindo a Adonias na sua conspiração contra o seu velho pai, Davi. Isto lhe valeu a honra de ungir a Salomão (I Rs 1.8-26) e o reconhecimento de Salomão, nomeando-o sumo sacerdote (I Rs 2.35).

2. PROFETA, UM NOVO ATOR NA DISPUTA

Começa assim um novo estágio histórico das relações entre sacerdócio e realeza. Da tensão inicial passou-se, por manobras políticas bem urdidas, à aliança entre sacerdote e rei, onde o

segundo mantinha clara ascendência sobre o primeiro, e onde este era um suporte político daquele. Esta nova realidade política, ainda que prevalecente, não era vista com o beneplácito unânime dos sacerdotes e do povo e não pode ser generalizada. Certamente havia os que, quer embasados na tradição, quer ali-cercados numa consciência crítica do momento histórico, opunham-se ao atual estado de coisas.

A comprovação disto pode ser feita de algumas formas. Retomando um ponto abordado no início, de que a pré-história de Israel foi "interpretada" no período monárquico pelos que redigiram e fixaram as várias tradições existentes, podemos buscar nelas indícios disto. Parece-me que a vinculação feita entre o ofício sacerdotal e suas práticas e a figura de proeminentes personagens da pré-história, tais como Abraão, Isaque, Jacó, Moisés, tinha um propósito político e ideológico: transmitir a idéia de que os patriarcas e Moisés, responsáveis históricos (segundo a versão que transmitiram) pela formação da nação, eram, antes de tudo, sacerdotes. Era uma forma velada e subversiva de dizer que o sacerdócio era responsável pela organização nacional, e de declarar a realeza como algo novo, não pertencente às origens. O sacerdócio seria, assim, algo inerente à vida nacional.

De outro lado, as narrativas anti-monárquicas dos livros de Samuel, bem assim a utilização do parâmetro da lei para julgar os atos reais, classificando os reis em bons ou maus, evidenciam a continuada tensão entre realeza e sacerdócio.

Assim, há que ter-se em mente que haviam dois tipos de sacerdotes: os mancomunados com o poder real, submissos ao rei e servindo aos seus interesses, e os dissidentes, os hereges, os opositores, os revolucionários segundo a ótica oficial.

É neste contexto que surge a profecia na sua expressão institucional. Ainda que textos atribuam a Abraão, Miriam e Moisés o título de profeta, muito provavelmente porque o redator eloísta era alguém vinculado ou próximo aos círculos proféticos, não se pode concebê-los como tais, visto não terem as características básicas dos profetas.

A alusão feita em I Sm 9.9 de que "antigamente, em Israel, quem ia consultar a Deus dizia: Vinde, vamos ao vidente! Pois o profeta de hoje era então chamado de vidente", não atesta a existência anterior da profecia na sua forma clássica, antes, pelo contrário, atesta que houve uma evolução, um desenvolvimento do ministério profético. Este texto parece indicar que no período pré-monárquico havia em Israel um grupo de pessoas, ligadas ou não ao culto, que eram consultadas sobre as mais variadas questões, como por exemplo, a localização da jumenta perdida, mostrando assim um conhecimento sobre-humano. Personar-

gens idênticos são encontrados entre os adivinhos mesopotâmicos.

Outra afirmação é referente aos "filhos dos profetas", que segundo se depreende de I Sm 10.5-12, parecem se constituir je grupos organizados para a dança e o canto durante o culto. Por outro lado, o comportamento de Saul em I Sm 19.20 sugere que eram pessoas que experimentavam o êxtase. Ao que parece, Samuel presidia um destes grupos (I Sm 19.20).

É com Samuel que começam a aparecer as primeiras características do fenômeno profético, principalmente a do combate à idolatria (cf. I Sm 7) e às práticas dos adivinhos, magos e evocadores de mortos, atitude esta mais concreta em Saul, certamente sob a influência de Samuel (I Sm 28.7s).

Considerando-se Samuel como profeta, não só porque os textos a ele atribuem tal título, mas também porque nele encontramos pelo menos uma das características do fenômeno profético, teremos então na figura de Samuel a confluência triplíce das funções. Como já vimos, ele era alguém ligado ao culto e aos sacrifícios, sendo, portanto, com muita probabilidade, sacerdote. Ao lado disto, diz o texto que ele julgava a nação, expressão mais ou menos equivalente a ter o domínio político (I Sm 7.15-17), uma função real. Sendo também profeta, assimilava assim na sua pessoa, por primeira e única vez, as três funções que vamos encontrar na história subsequente de Israel.

Não poderia deixar de ressaltar que a análise que acabo de fazer não me parece ser conclusiva. Suspeito que os relatos que trazem os fatos alusivos à vida de Samuel passaram por um processo de "heroicização", onde Samuel acaba exercendo funções que na prática não teve. Se isto é verdade, o redator, num momento histórico posterior e ideologicamente anti-monarquista, pretendeu apresentar uma imagem positiva do período anfitriônico e dos juizes. Provavelmente tal se deu em função da campanha pró-monarquista que procurava ampliar os espaços políticos necessários para sua consolidação, e fazia-o levado a crer que aquele era um período anárquico.

Esta divergência de enfoque político existente no livro dos Juizes, francamente pró-monárquico - onde são apresentadas várias tentativas de se ter rei em Israel e se atribui à falta do rei a causa dos males nacionais - e o enfoque de Samuel, francamente anti-monárquico, com a apresentação dos obstáculos, desvios e pecados cometidos pelos reis, não tem sido, ao meu ver, muito explorada para melhor compreender a problemática do sacerdócio, realza e profecia.

Parece-me bastante esclarecedor, dentro desta ótica, o episódio referente a Mica, que se fez sacerdote, e ao levita que a ele se associou. É minha impressão que o redator procura-

va apresentar o sacerdócio como algo indigno, produto de interesses pessoais e acordos excusos. Se recordarmos que a monarquia surgiu às custas do esvaziamento político do sacerdócio, esta interpretação não me parece ser tão absurda.

Tudo parece indicar, portanto, que os escritos de Samuel foram produzidos num momento político específico, onde forças políticas novas buscavam afirmar-se, enquanto as tradicionais, a todo custo, lutavam pela sobrevivência. Ainda que isto, à primeira vista, possa parecer algo que venha a desacreditar o relato bíblico (e as mentes mais conservadoras talvez já estejam se pondo em defesa, imaginando argumentos para contradizer o que foi dito), é este tipo de enfoque, produto da tensão política e institucional, que nos trará luzes para melhor compreender o sacerdócio e o início da profecia institucional.

Como já mencionei, a partir da ascensão da monarquia o sacerdócio começou a perder terreno. Havia para a classe sacerdotal duas saídas: opor-se ao rei ou aliar-se a ele.

Neste contexto convém analisar a atitude política de Samuel. Ele, sacerdote/juiz, vê-se na contingência de ceder às pressões populares, em parte motivadas pela conduta de seus filhos juizes (I Sm 8.2), dando lugar à figura do rei. Consegue realizar o processo sem grande trauma, assumindo, ele próprio, o papel de "eleitor único" do rei. Saul foi escolha pessoal de Samuel. Como profeta/vidente e no uso do seu carisma, soube impor ao povo o seu escolhido e impôr-se ao próprio eleito. A unção do rei foi obra de Samuel; a orientação do reinado também, a ponto de ter Saul criado para com Samuel uma relação de dependência que culminou na consulta da pitonisa de Endor, após a morte de Samuel. Nesse período Saul tinha o título de rei, mas, na verdade, quem governava era Samuel. Isto fica tanto mais evidente quando se considera que Samuel teve força política para procurar um substituto para Saul enquanto este ainda vivia, tendo, inclusive, ungido a Davi.

Diante destes fatos, não se pode dizer que Samuel tenha se aliado ao rei. Muito pelo contrário, percebe-se que, numa jogada de incrível astúcia política, Samuel usou a figura do rei, e dele fez marionete em suas mãos. Perdeu o posto de juiz sobre Israel, mas não perdeu o governo.

A partir de Samuel é que a coisa começa a definir-se. Vamos ver que o livro de Samuel vai apresentar o sacerdote Eli, fazendo-lhe pesada crítica por causa da conduta de seus filhos. Ainda que os fatos narrados refiram-se a um momento histórico pré-monárquico, não se pode desconsiderar o fato que o narrador pertencia ao período monárquico e analisava a conduta dos filhos de Eli pela ótica então vigente. Assim sendo, é esclarecedora a análise do relato para entender-se os parâmetros utilizados mais tarde para julgar os bons e os maus sacerdotes.

Percebe-se logo no início da narrativa (I Sm 2.12) que eles tinham uma atitude irreverente para com as coisas sagradas ("não se importavam com o Senhor"), usando o ofício sacerdotal em benefício próprio, tomando para si porções não devidas. A outra acusação é de imoralidade, porque "se deitavam com as mulheres que serviam à porta" (I Sm 2.22). Conclui-se assim que o parâmetro de julgamento envolvia o auferir vantagens econômicas e a imoralidade. Esta dupla acusação será constante todas as vezes que se referir ao mau sacerdote. A imoralidade é acusada por Isaias (Is 28.7); Miquéias diz que ensinam por interesse (Mq 3.11); Jeremias sente-se vocacionado para ir contra os sacerdotes e os reis de Judá (Jr 2.8), porque os sacerdotes e os reis estavam induzindo o povo à idolatria (Jr 2.26), dominando o povo através de alianças com falsos profetas (Jr 5.31).

3. AMBIGÜIDADES. A REFORMA DEUTERONOMISTA

Vamos constatar ter sido Jeremias o profeta que mais se levantou contra os falsos sacerdotes e profetas, acusando-os de uma infinidade de pecados e responsabilizando-os pelo descabimento que a nação vivia. A contextualização histórica de Jeremias é fundamental para a compreensão da sua atitude. Vocacionado "nos dias de Josias, (...) rei de Judá, no décimo terceiro ano de seu reinado e também nos dias de Jeoaquim, (...) rei de Judá, até o fim do ano undécimo de Zedequias, (...) rei de Judá, e ainda até o quinto mês do exílio de Jerusalém" (Jr 1.2,3), viveu entre cerca de 650 a.C.. Desta forma, não pode ser desprezado seu relacionamento com a reforma religiosa promovida pelo rei Josias, ainda que esta tenha ocorrido no período de sua infância.

A reforma deuteronomia realizada em 626 a.C. (621 a.C. segundos alguns) trouxe reflexos no ministério profético de Jeremias. O jovem Jeremias, em Anatote, fora criado vendo o povo ir aos "lugares altos", onde o povo adorava a Deus, prática comum a todas as cidades da nação. Eis que surge a reforma religiosa proclamada pelo rei Josias, com a qual centralizava-se em Jerusalém o culto e o sacrifício, proibindo-se a prática, já enraizada na cultura do povo e expressão autêntica de uma religiosidade popular, de adorar nos lugares altos. A desolação que deve ter tomado conta da população de Anatote, e também das demais cidades, com a destruição dos seus lugares sagrados, com o despojamento de seus sacerdotes, muitos deles reduzidos à mendicância, é algo fácil de imaginar, ainda que nunca o façamos com as mesmas cores que a realidade pintou.

"Jeremias, filho de Hilquias, um dos sacerdotes que estavam em Anatote" (Jr 1.1) certamente ficou profundamente chocado com os recentes acontecimentos, que certamente atingiram seu

pai. A reforma levada a efeito pelo poder real baseava-se num chamado "Livro da Lei" encontrado no templo. As dúvidas levantadas quanto à autenticidade dele não são levantadas somente por aqueles que têm o propósito único de desmerecer os relatos bíblicos. As circunstâncias históricas, políticas, sociais, econômicas e religiosas, exigiam uma centralização maior do poder, face às ameaças divisionistas que pairavam sobre a nação. Dizer que a reforma Deuteronomia foi uma completa inovação legal, produto de um texto "fabricado" visando dar apoio e suporte teológico e legal às pretensões reais, é dizer mais do que a sobriedade recomenda. Por outro lado, negar que a lei dada perante o povo não sofresse um processo hermenêutico ditado pelas conjunturas políticas do momento, é desprezar um dado claro e meridiano.

O grande problema reside, então, em saber quanto o atual Deuteronomio mantém do antigo "Livro da Lei" e quanto nele há que seja acréscimo posterior.

Reconhecendo ser espinhosa a questão ora levantada, e assumindo o pressuposto de que o "cerne legislativo" (Dt 12-26) seja autêntico, notaremos que a reforma religiosa que se iniciou teve alguns aspectos positivos e outros negativos. Convém notar que a reforma religiosa promovida pela realeza, de comum acordo com o sacerdócio, só logrou êxito em função do renascimento do espírito nacionalista, em decorrência do declínio do poder assírio; da esperança de recuperação da completa autonomia política e finalmente da consciência, fruto das pregações proféticas, de que deviam dar tratamento mais humano e justo para com os pobres, órfãos, viúvas, o que certamente redundaria nas bênçãos de Javé.

Tendo isto em mente ao analisar o conteúdo do Deuteronomio notaremos a ênfase que dá à doutrina da eleição, bandeira que produziu o nacionalismo exacerbado. Ao apresentar ao povo a idéia da "nação eleita" (Dt 7.7-11), doutrina sabidamente tardia no universo teológico de Israel, estimulava sentimentos nacionalistas, promovendo a unidade e fortalecendo o poder central e o rei.

Ocorre que, tanto em Israel, em Judá como em todos os outros povos do Antigo Oriente, política e religião eram coisas associadas. Uma política centralizadora de poder pela pregação nacionalista fatalmente redundaria numa religião centralizada. Isto foi o que ocorreu com a centralização dos cultos e sacrifícios em Jerusalém. Como decorrência disto, constituiu-se em Jerusalém um grupo de sacerdotes mais próximos ao poder real, num entrosamento maior e melhor da realeza e do sacerdócio.

A aniquilação dos "lugares altos" e o despojamento dos sacerdotes locais, mais que uma prática religiosa purista e

anti-idolátrica, era uma prática política de fortalecimento do trono e do templo.

Não se pode, no entanto, olhar a reforma somente sob o ângulo político. As reiteradas preocupações da lei deuteronomia com a situação dos pobres, órfãos e viúvas, mais do que um engodo demagógico para aplacar a ira dos descontentes, vendendo a bandeira da justiça social, deve ser vista como afirmação sincera do desejo de se estabelecer uma ordem social mais justa e equânime. Não suscita dúvidas o profundo sentimento religioso e honestidade de propósitos que embasaram a reforma.

Mesmo que a centralização tivesse o aspecto ideológico e político mencionado, no que tange ao culto pode-se entender que tinha o honesto propósito de evitar que o povo de Judá se deixasse levar pela idolatria que tantas desgraças estava trazendo ao estado irmão. Ocorre que a experiência tem mostrado que uma coisa é o que se propõe e espera com o pacote reformista, outra é a realidade por ele produzida. O "pacote de idolatria zero" editado pelos ministros/sacerdotes do rei Josias tinha bons propósitos. Queria criar uma nova ordem social, com maior justiça, melhor distribuição de rendas, atenção redobrada para com os necessitados. A tal se atiraram, mas nem tudo conseguiram.

Quando se olha as mensagens pregadas por Jeremias, alguns anos após a edição destas reformas, nota-se que houve alguma deficiência.

O primeiro deles está ligado aos sacerdotes. Eles ficaram tão encantados e maravilhados com os aspectos positivos da centralização do culto em Jerusalém, que passaram a dar maior ênfase no ritual, à forma, em detrimento da essência. Zelavam pela observância rigorosa dos rituais, mas descuidavam das exigências morais, como se a vida não fizesse parte do culto. Isto produziu a visão dicotômica, onde o culto a Deus podia ser prestado sem que se exigisse do cultuador a obediência à lei.

Com isto, sacerdotes e povo enveredaram pelos caminhos da imoralidade, da licenciosidade, da ganância, da exploração, acreditando que tais atos não afetavam o culto. A teologia "ortodoxa", porque visão oficial, passou a ensinar que a aliança era o penhor suficiente para a graça de Javé. Isto levou ao desprezo da lei, uma vez que a simples obediência formal era suficiente, não havendo necessidade da disposição íntima do coração.

Ao lado da questão moral e da obediência formal, há que considerar-se que, apesar das disposições contidas no pacote reformista, os pobres continuaram sendo explorados. Jeremias denuncia que o sangue dos pobres estava nas orlas dos vestidos (Jr 2.34), produto da opressão que há no meio dela (Jr 6.6), consubstanciada na prática da injustiça para com os pobres,

órfãos e viúvas (Jr 22.3) e no amealhar riquezas de forma ini-
qua (Jr 22.13), principalmente pela paga fraudulenta do salário
(Jr 22.13-17).

Pelo que se vê, a reforma deuteronomista, obra encetada
pela realeza de mãos dadas com o sacerdócio, ainda que tivesse
bons propósitos iniciais, acabou por contribuir com maior par-
ticipação da injustiça na vida nacional. Sacerdócio e realeza,
fortalecidos politicamente pela edição do pacote, souberam
muito bem tirar vantagens. Isto é denunciado com todas as le-
tras pelos profetas, não só com relação aos efeitos do "pacote
de reformas deuteronomistas", mas quanto a tudo que os reis,
sacerdotes e falsos profetas praticavam de injustiça.

4. PROFECIA E POESIA, IMAGINAÇÃO E ESPERANÇA

Quando falamos das denúncias proféticas, tenho para comigo
que isto ocorre em todos nós, passamos a imaginar discursos
pesados, cheios de dados, estatísticas e citações de nomes,
datas e locais, numa enunciação precisa de fatos, num trabalhar
meticuloso das palavras.

Ocorre que não é bem assim que a mensagem profética se dá.
Temos uma certa tendência de olhar o profeta pela ótica pragma-
tica e conceitual que nos caracteriza. Para nós, ser profeta, e
assim concebemos antigos profetas, é ser realístico, austero,
siso, alguém sempre pronto a denunciar o pecado, alguém que
não ri, que só fala coisas concretas, edificantes e verdadei-
ras.

Mas seria esta a imagem correta ou real do profeta? Não,
não é este o tipo característico apresentado pelo Antigo Testa-
mento. Não é o homem do discurso realista e preciso. Pelo con-
trário, ele é o poeta, o lírico, o sonhador. Ele não "discur-
sa", mas brinca com as palavras, construindo com elas sonhos,
visões, utopias. Ele não retrata analítica e pormenorizadamente
os fatos, mas trabalha com a imaginação e não se preocupa se o
que imagina é possível ou não. Ele sabe que a realização depen-
de da imaginação e a mudança requer alternativa. A alternativa
é imaginação, é sonho, é novidade, é criação.

A imaginação é revolucionária. E tanto mais o é, quanto
mais trabalhar com a magia das palavras. Profetas sonham, ima-
ginam, e estes sonhos são verbalizados, são feitos comunicação,
e por ela são levados aos quatro cantos da terra, numa caminha-
da que a cada lugar terá seguidores. Sonhos produzem esperança,
criam coragem para a luta e para a mudança. Não é de se surpre-
ender que os donos do poder tenham medo dos profetas.

Ao trabalharem com a imaginação, eles acabam provocando a possibilidade do novo, até do irreal. Acabam mexendo com o cerne da imposição do poder, que é a total inexistência da possibilidade do novo, que se caracteriza como problemático. A chamada profética procurará, assim, manter viva a tão necessária imaginação, através da qual propõe as alternativas, as vezes absurdas, criadas por ela mesma para fazer com que haja um raio de luz diante da única possibilidade de expressão de vida que sempre o poder nos impõe - ou pelo menos tenta -, ainda que no aqui e agora se mostrem totalmente inexeqüíveis. E isto se constitui um verdadeiro ato de desobediência civil e cultural - quem sabe até cultural. Não se pode negar que é através dessas capacidades, sempre novas, de uso das palavras imaginativas que conseguimos confrontar o poder dominante consigo mesmo e com os comandados.

Esta atitude do profeta é irreverente, pois procura provocar, através das suas palavras e imaginações, o confronto com a atitude até agora adotadas com relação ao poder, levando os comandados a reverem o seu comportamento massificado, ocasionando uma verdadeira irreverência diante do temor da autoridade. Este rever irreverente leva a uma nova postura diante do próprio comportamento da autoridade.

Foi esta irreverência que caracterizou, entre outros, Miquéias. A sua postura de uso das mágicas palavras da imaginação puseram em polvorosa o poder político/sacerdotal, na medida em que provocou uma necessidade de confronto povo-poder, principalmente na atitude deste para com o espezinhado povo. Provocou uma irreverência de atitude do povo para com o poder, agora representado até pela atitude de pretensos profetas mancomunados com o "status quo".

O p(r)o(f)eta (poeta-profeta ou profeta-poeta) sempre foi motivo de inquietação ao poder. E não é para menos: a imaginação profético-criativa mexe com o âmago da estrutura do poder, e é para isto que a verdadeira poesia existe. A verdadeira profecia é inerente o ser rechaçado pelo poder dominante. Este brincar com as palavras, que procura ser irreverente, causa náuseas ao poder dominante, na medida em que, segundo a ótica do próprio poder, tudo vai bem - ou quase.

Não estaria aí o parâmetro de avaliação do profeta verdadeiro? Não no ato/fato da mudança ou não em si, mas no de causar a atitude de desprezo, preocupação e indisposição por parte do poder. A palavra profética sempre - ou quase sempre - há um endurecimento de cerviz, uma recusa a dar ouvidos e a perceber que são palavras proféticas.

Isto, no entanto, não significa que o profeta deva ser menosprezado por não ter conseguido demover com suas palavras o poder dominante de suas ações. A palavra denunciante do profeta

continua a dar seu som, o seu transmitir a voz de Deus, buscando sempre a conversão, não importando, na verdade, se ela vem ou não.

Nota-se, pois, que a voz profética provoca, no mais das vezes, uma atitude repressiva, na busca de tentar solapar o efeito que a sua enunciação produz. Assim aconteceu com Amós, quando contestado e impedido de profetizar (2.12). Hoje, parece que estamos quase adentrando em um novo quadro histórico. O lugar e a relevância da função e palavra proféticas assume proporções que nos podem indicar a repetição de fato histórico já bem notório: a instrumentalização da profecia como meio de poder diante do binômio sacerdócio/realidade.

Teríamos aqui, então, o nascedouro do "tercius", a força e poder alternativos para a instalação de um novo poder dominante. As mágicas palavras tendo um poder mágico para magicamente instituir um novo poder.

E vamos continuar brincando com a magia da imaginação irreverente do p(ro)feta.